





GABINETE DA VEREADORA PROFESSORA JACQUELINE

PROJETO DE LEI Nº. 185/2021

DISPÕE sobre a construção de creches em conjuntos habitacionais construídos com recursos públicos pelo município de Manaus ou mediante convênio.

Art. 1º A construção de conjunto habitacional realizada pela Prefeitura de Manaus ou mediante convênio que este participe, financiada com recursos públicos atenderá:

I - Conjunto com mais de 200 (duzentas) unidades habitacionais, haverá, no mínimo, uma creche.

§ 1º O espaço para construção das creches deverá ser definido no projeto arquitetônico do conjunto habitacional.

§ 2º O quantitativo de creches poderá ser definido a partir do diagnóstico e cadastro da população a ser atendida.

§ 3º O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer, critérios e limites a serem seguidos no cumprimento dos parágrafos anteriores.

Art. 2º As creches de que trata o artigo 1º poderão ser construídas simultaneamente, a construção do conjunto habitacional ou no prazo de 2 (dois) anos a contar da data do início da ocupação do conjunto, sem ônus para os moradores.

Art. 3º O Projeto de construção das creches deverá ser aprovado pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 4º A manutenção das creches de que trata esta Lei deverá ficar sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 23 de abril de 2021.

Professora Jacqueline Vereadora – PODEMOS

www.cmm.am.gov.br







GABINETE DA VEREADORA PROFESSORA JACQUELINE JUSTIFICATIVA

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, prevê em seu Artigo 6º que a moradia é um direito social. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010, a população estimada Manaus em 2.020.301 habitantes. O referido Instituto relevou que das 653,818 mil moradias, mais da metade (53,3%) são aglomerados subnormais, com difícil acesso a saneamento básico e serviço essenciais, destacando a capital na 2ª posição onde existe mais domicílios caracterizado subnormais que consiste em pessoas morando e aglomeradas em palafitas e ocupações, sujeitas a doenças e disseminação mais rápida do CORONAVÍRUS, sendo estas as alternativas encontradas pela população mais vulnerável, que sobrevivem em espaços socialmente desiguais.

Atrelado a situação de moradia a Constituição Federal de 1988 determinou aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal a aplicação anual de, no mínimo 25%, das receitas tributárias para manutenção e desenvolvimento da educação, cabendo aos Municípios a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil, o que culminou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, fruto da participação sociedade civil como diretrizes básicas para formulação das políticas para educação infantil.

Apesar do rol de dispositivos jurídicos que estabelece o direito à educação infantil e a real possibilidade de investimento por parte do Poder Executivo, Manaus possui um déficit recorrente para vagas de creches, pois conforme dados divulgados, o IBGE 2010 registrou que em Manaus existia uma população infantil de 129 mil, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, cujas famílias não possuem renda ou esta tem variação de até 2.550,00 reais.

Vale destacar que a alegação de que a propositura aumentaria despesa para o Poder Executivo Municipal não pode prosperar, tendo em vista que a construção da creche está atrelada a construção de conjunto habitacional construído com recurso público. Esta velha máxima, que prevalecia no seio das Câmaras Municipais, que dizia que "Projeto de Lei oriundo do Poder Legislativo não pode gerar aumento de despesa para o Poder Executivo", enfim, foi dizimada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal – STF, conforme se observa pela simples leitura do Recurso Especial 878.911.

Desta maneira, o referido projeto irá oportunizar que o Poder Executivo Municipal projete a médio prazo a construção de creches em conjunto habitacional de interesse social, garantido o direito à educação infantil.

Plenário Adriano Jorge, 23 de abril de 2021.

Professora Jacqueline Vereadora – PODEMOS

www.cmm.am.gov.br